



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

09/05/2016 ATÉ 09/05/2016



INDÍCE

1	BLOG DA KELLY	
	1.1 JUÍZES.....	1
2	BLOG DANIEL MATOS	
	2.1 PRESIDÊNCIA.....	2 3
3	BLOG DO CLODOALDO CORRÊA	
	3.1 DECISÕES.....	4
4	BLOG GILBERTO LIMA	
	4.1 JUÍZES.....	5
5	BLOG JEISAEL.COM	
	5.1 VARA CRIMINAL.....	6
6	BLOG LUDWIG ALMEIDA	
	6.1 JUIZADOS ESPECIAIS.....	7
7	BLOG WALDEMAR TER	
	7.1 CONVÊNIOS.....	8
8	FOLHA DE SÃO PAULO - ON-LINE	
	8.1 JUÍZES.....	9
9	INTERNET - OUTROS	
	9.1 SINDJUS.....	10
	9.2 VARA CRIMINAL.....	11 12
10	O IMPARCIAL ONLINE	
	10.1 EVENTOS.....	13
11	PORTAL VERAS	
	11.1 JUÍZES.....	14
12	SINDJUS	
	12.1 SINDJUS.....	15
13	SITE CNJ	
	13.1 FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	16
	13.2 VARA CRIMINAL.....	17
14	SITE EBC	
	14.1 VARA CRIMINAL.....	18
15	SITE IDIFUSORA	
	15.1 VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	19
16	SITE O ESTADÃO	
	16.1 VARA CRIMINAL.....	20
17	SITE TV GUARÁ.COM	
	17.1 UNIDADES ADMINISTRATIVAS	21

"Pedrinhas deixou de ser a ante-sala do inferno", diz juiz sobre registro de um ano sem homicídio no Complexo Penitenciário

09/05/2016 00:00:00

Vale lembrar que a redução histórica de 100% no número de homicídios, no Complexo de Pedrinhas, superou todas as expectativas, graças ao empenho demonstrado pela gestão estadual em todas as áreas sociais que antes ou não existia ou era muito tímida nos presídios maranhense.

"Certamente há muito a ser feito no sistema penitenciário maranhense, mas, pelo menos, deixou de ser a ante-sala do inferno", disse o juiz Gervásio Santos.

Para o juiz maranhense Gervásio Santos Júnior, o Complexo penitenciário de Pedrinhas deixou de ser a ante-sala do inferno. A declaração foi dada no twitter, ao tomar conhecimento de que o presídio está há um ano sem apresentar registro de homicídio.

"Mais um avanço no Maranhão: Pedrinhas registra um ano sem homicídio. Quem conheceu de perto a crise penitenciária no Maranhão, em 2013/2014, sabe o que representa a marca de um ano sem mortes em Pedrinhas. Certamente há muito a ser feito no sistema penitenciário maranhense, mas, pelo menos, deixou de ser a ante-sala do inferno", disse o magistrado.

Segundo a SEAP, há um ano Complexo Penitenciário de Pedrinhas deixou o rótulo de um dos presídios mais violentos do país e, essa semana, completou um ano sem ocorrências de homicídios. O feito inédito se estende ainda às unidades prisionais de toda a região metropolitana da capital, que também não contabilizaram nenhum assassinato nesse período. A conquista é fruto de intenso trabalho do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap).

Para ser mais preciso, a marca se dá devido aos inúmeros investimentos realizados com intuito de garantir melhorias na segurança interna prisional. Essas ações vão desde a contratação de agentes penitenciários temporários e auxiliares de segurança; à capacitação

continua desses servidores. Além disso, foi feita a aquisição de detectores de metais que reforçam a segurança intramuros, tais como: raquetes, banquetas, e o pórtico (porta).

"Foram providências que, além de mudar radicalmente a realidade prisional do estado, contribuíram para uma revista mais 'humanizada'. O investimento em segurança prisional foi tão relevante que o próprio Departamento Penitenciário Nacional (Depen) demonstrou reconhecimento, e contribuiu com a aquisição de 39 banquetas, 91 raquetes, 15 pórticos e três esteiras de raios-X", destacou o titular da Seap, secretário Murilo Andrade de Oliveira.

Vale lembrar que a redução histórica de 100% no número de homicídios, no Complexo de Pedrinhas, superou todas as expectativas, graças ao empenho demonstrado pela gestão estadual em todas as áreas sociais que antes ou não existia ou era muito tímida nos presídios maranhense. Em 2013, por exemplo, foram registrados 51 assassinatos no complexo prisional da capital, quase o dobro do total anotado em 2014, quando 24 mortes violentas foram confirmadas.

Qualificação

Outro quesito que contribuiu bastante para a redução da violência, em Pedrinhas, foi a qualificação dos servidores. Pelo menos 300 já foram habilitados para as funções de agente penitenciário temporário e auxiliar de segurança penitenciária. Os cursos ainda capacitam os servidores para lidar com os internos. "Hoje, contamos com uma equipe que trata o preso de forma humanizada", afirmou o gestor de Segurança Penitenciária, Ricardo Delmar.

A meta do governo é manter o feito, tendo em vista a instalação da Portaria Unificada, que vai garantir a padronização dos procedimentos de segurança em todas as unidades prisionais, e, conseqüentemente, qualificar os índices já alcançados. "Essa portaria se refere ao controle de acesso às unidades prisionais, no qual todos os servidores, sem exceção, serão submetidos à revista técnica", disse também o secretário-adjunto de Segurança Penitenciária, João Francisco Rodrigues.

"Foram providências que, além de mudar radicalmente a realidade prisional do estado, contribuíram para uma revista mais 'humanizada'. O investimento em segurança prisional foi tão relevante que o próprio Departamento Penitenciário Nacional (Depen) demonstrou reconhecimento, e contribuiu com a aquisição de 39 banquetas, 91 raquetes, 15 pórticos e três esteiras de raios-X", destacou o titular da Seap, secretário Murilo Andrade de Oliveira.

Vale lembrar que a redução histórica de 100% no número de homicídios, no Complexo de Pedrinhas, superou todas as expectativas, graças ao empenho demonstrado pela gestão estadual em todas as áreas sociais que antes ou não existia ou era muito tímida nos presídios maranhense. Em 2013, por exemplo, foram registrados 51 assassinatos no complexo prisional da capital, quase o dobro do total anotado em 2014, quando 24 mortes violentas foram confirmadas.

Qualificação

Outro quesito que contribuiu bastante para a redução da violência, em Pedrinhas, foi a

qualificação dos servidores. Pelo menos 300 já foram habilitados para as funções de agente penitenciário temporário e auxiliar de segurança penitenciária. Os cursos ainda capacitam os servidores para lidar com os internos. "Hoje, contamos com uma equipe que trata o preso de forma humanizada", afirmou o gestor de Segurança Penitenciária, Ricardo Delmar.

A meta do governo é manter o feito, tendo em vista a instalação da Portaria Unificada, que vai garantir a padronização dos procedimentos de segurança em todas as unidades prisionais, e, conseqüentemente, qualificar os índices já alcançados. "Essa portaria se refere ao controle de acesso às unidades prisionais, no qual todos os servidores, sem exceção, serão submetidos à revista técnica", disse também o secretário-adjunto de Segurança Penitenciária, João Francisco Rodrigues.

Carro da Presidência do TJMA pernoita e passa até fins de semana em condomínio na Forquilha

09/05/2016 11:40:35

Carro presidencial do Tribunal de Justiça estava estacionado no condomínio no domingo, Dia das Mães.

A Toyota SW-4 de placa TJ-001, de uso exclusivo da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, pernoita e passa até os fins de semana no estacionamento do condomínio Village do Bosque II, na Estrada de Ribamar, próximo ao bairro Forquilha. Não se sabe o motivo de tal concessão, mas presume-se que o veículo seja mantido no local por um servidor do Poder Judiciário, possivelmente um motorista.

A [Portaria nº 716/2010-TJ](#), baixada pelo então presidente, Jamil de Miranda Gedeon Neto, disciplina o uso, controle, abastecimento e manutenção de veículos no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. O Artigo 6º da referida portaria estabelece o seguinte: "Ao término da circulação diária, mediante controle de entrada e saída, os veículos oficiais serão recolhidos à garagem do órgão que se encontram vinculados".

Carro deveria ser de uso exclusivo em serviço, de acordo com a Portaria nº 716/2010

Não há dúvida, portanto, de que a norma está sendo violada. Com o agravante de que a permanência do carro oficial no condomínio não se dá apenas ao fim de cada jornada, mas também aos sábados e domingos, como foi o caso de ontem, Dia das Mães, quando foram feitas as fotos acima.

Mais do que um privilégio, o uso do veículo fora do horário de serviço é uma infração às regras impostas pela própria Corte. Como se trata do carro presidencial, o caso torna-se ainda mais controverso.

O blog e toda a sociedade aguardam explicação imediata para tamanha distorção.

O post [Carro da Presidência do TJMA pernoita e passa até fins de semana em condomínio na Forquilha](#) apareceu primeiro em [Daniel Matos](#).

TJMA esclarece presença de carro presidencial em condomínio na Forquilha

09/05/2016 18:20:05

NOTA DE ESCLARECIMENTO

O Tribunal de Justiça do Maranhão vem, por meio de nota, informar ao Blog do Daniel Matos e ao blog do Antonio Martins, que republicou a matéria na íntegra, que não é verdade a afirmação feita no texto dizendo que "norma está sendo violada", na postagem "Carro da Presidência do TJMA pernoita e passa até fins de semana em condomínio da Forquilha".

Em nenhum momento há violação de norma. Pela legislação que regulamenta o uso dos veículos do Judiciário maranhense, o carro, que é de uso do presidente, pode ser guardado e pernoitar fora da garagem, incluindo fins de semana, sendo a residência do motorista, desde que autorizado pelo mesmo. Como se trata de carro de representação oficial e a qualquer hora o presidente do TJMA, que é um chefe de Poder, poderá necessitar do veículo e do motorista, essa autorização é dada e não é um fato novo.

Ao contrário do que o jornalista Daniel Matos informa, o uso dos veículos do Tribunal de Justiça é regulamentado pela Resolução nº 32/2009 do TJMA - como é afirmado logo no Artigo 1º da Portaria 716/2010 citada na matéria. No Art. 11 da Resolução 32/2009, que possui, inclusive, texto semelhante ao da Resolução nº 83/2009 do CNJ, que trata do mesmo assunto, está claro:

"Parágrafo único. O veículo oficial poderá ser guardado fora da garagem oficial:

I- havendo autorização expressa do Presidente do tribunal ou Diretor do Foro, desde que o condutor do veículo resida a grande distância da garagem ou do local oficial destinado à guarda do veículo;

II - nos deslocamentos a serviço em que seja impossível o retorno dos agentes no mesmo dia da partida;

III - em situações em que o início ou término da jornada diária ocorra em horários que não disponham de serviço regular de transporte público."

Por fim, o Tribunal de Justiça do Maranhão reafirma o compromisso de uma gestão transparente e sempre se coloca à disposição para esclarecimentos. A Assessoria de Comunicação está acessível para contato e solicitações da imprensa sempre que solicitada, de maneira a evitar a publicação de inverdades.

O post [TJMA esclarece presença de carro presidencial em condomínio na Forquilha](#) apareceu primeiro em [Daniel Matos](#).

Osmar Filho também alerta para manobra de empresários contra licitação

09/05/2016 19:20:15

O vereador Osmar Filho (PDT), líder do governo na Câmara Municipal de São Luís, subiu à tribuna nesta segunda-feira (9) para denunciar uma possível manobra de empresários do sistema de transporte. O vereador endossou o que já vinha sendo noticiado pela imprensa de que um pequeno grupo de empresários entraria com ação contra a licitação do transporte público de São Luís e já estariam até contando com a vitória por alguma influência do poder judiciário.

"Nos últimos dias temos acompanhado uma mobilização por parte de alguns empresários que atualmente exploram o sistema de transporte público da nossa cidade querendo inviabilizar a licitação do transporte. Apontados possíveis falhas e erros onde não existe. É preciso que esta Casa fique atenta. Até porque esta Casa apreciou a matéria, cumpriu todo procedimento legal para que fosse aprovado em sua total legalidade não deixando margem para questionamentos. O que me causa estranheza é que alguns empresários utilizarem de forma leviana e maldosa o nome do poder judiciário, afirmando que já estão arquitetados com o poder judiciário, o que eu quero repudiar", afirmou.

Osmar fez questão de ressaltar que acredita no poder judiciário e sabe que isto não irá ocorrer. "O Poder Judiciário maranhense é um órgão sério, composto por homens e mulheres sérias que fazem valer o sentimento e o dever de justiça. O judiciário jamais seria conivente com um grupo de empresários que não conseguiram se organizar para participar da licitação e quer a qualquer custo inviabilizar a licitação prejudicando mais de 700 mil usuários".

Ele lembrou que o sistema será completamente diferente a partir da licitação. O usuário passar a usufruir de um transporte de mais qualidade com regras claras. Ele lembrou que no processo, todas as 50 perguntas foram respondidas. "Aí nenhuma empresa pode alegar dúvida sobre o processo. Foi transparente. Todas as discussões foram exauridas. A Câmara debateu, a população e a imprensa acompanharam. O Tribunal de Contas e o Judiciário participaram. Por isso temos certeza que a licitação irá sair".

O vereador enalteceu o empenho do prefeito Edivaldo, que desde o início da gestão tem se empenhado para que este momento chegue. Ele conclamou para que o parlamento fique atento para que a licitação ocorra com tranquilidade.

"Pedrinhas deixou de ser a ante-sala do inferno", diz juiz sobre registro de um ano sem homicídio no Complexo Penitenciário

08/05/2016 00:00:00

Vale lembrar que a redução histórica de 100% no número de homicídios, no Complexo de Pedrinhas, superou todas as expectativas, graças ao empenho demonstrado pela gestão estadual em todas as áreas sociais que antes ou não existia ou era muito tímida nos presídios maranhense.

"Certamente há muito a ser feito no sistema penitenciário maranhense, mas, pelo menos, deixou de ser a ante-sala do inferno", disse o juiz Gervásio Santos.

Para o juiz maranhense Gervásio Santos Júnior, o Complexo penitenciário de Pedrinhas deixou de ser a ante-sala do inferno. A declaração foi dada no twitter, ao tomar conhecimento de que o presídio está há um ano sem apresentar registro de homicídio.

"Mais um avanço no Maranhão: Pedrinhas registra um ano sem homicídio. Quem conheceu de perto a crise penitenciária no Maranhão, em 2013/2014, sabe o que representa a marca de um ano sem mortes em Pedrinhas. Certamente há muito a ser feito no sistema penitenciário maranhense, mas, pelo menos, deixou de ser a ante-sala do inferno", disse o magistrado.

Segundo a SEAP, há um ano Complexo Penitenciário de Pedrinhas deixou o rótulo de um dos presídios mais violentos do país e, essa semana, completou um ano sem ocorrências de homicídios. O feito inédito se estende ainda às unidades prisionais de toda a região metropolitana da capital, que também não contabilizaram nenhum assassinato nesse período. A conquista é fruto de intenso trabalho do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap).

Para ser mais preciso, a marca se dá devido aos inúmeros investimentos realizados com intuito de garantir melhorias na segurança interna prisional. Essas ações vão desde a contratação de agentes penitenciários temporários e auxiliares de segurança; à capacitação contínua desses servidores. Além disso, foi feita a aquisição de detectores de metais que reforçam a segurança intramuros, tais como: raquetes, banquetas, e o pórtico (porta).

"Foram providências que, além de mudar radicalmente a realidade prisional do estado, contribuíram para uma revista mais 'humanizada'. O investimento em segurança prisional foi tão relevante que o próprio Departamento Penitenciário Nacional (Depen) demonstrou reconhecimento, e contribuiu com a aquisição de 39 banquetas, 91 raquetes, 15 pórticos e três esteiras de raios-X", destacou o titular da Seap, secretário Murilo Andrade de Oliveira.

Vale lembrar que a redução histórica de 100% no número de homicídios, no Complexo de Pedrinhas, superou todas as expectativas, graças ao empenho demonstrado pela gestão estadual em todas as áreas sociais que antes ou não existia ou era muito tímida nos presídios maranhense. Em 2013, por exemplo, foram registrados 51 assassinatos no complexo prisional da capital, quase o dobro do total anotado em 2014, quando 24 mortes violentas foram confirmadas.

Qualificação

Outro quesito que contribuiu bastante para a redução da violência, em Pedrinhas, foi a qualificação dos servidores. Pelo menos 300 já foram habilitados para as funções de agente penitenciário temporário e auxiliar de segurança penitenciária. Os cursos ainda capacitam os servidores para lidar com os internos. "Hoje, contamos com uma equipe que trata o preso de forma humanizada", afirmou o gestor de Segurança Penitenciária, Ricardo Delmar.

A meta do governo é manter o feito, tendo em vista a instalação da Portaria Unificada, que vai garantir a padronização dos procedimentos de segurança em todas as unidades prisionais, e, conseqüentemente, qualificar os índices já alcançados. "Essa portaria se refere ao controle de acesso às unidades prisionais, no qual todos os servidores, sem exceção, serão submetidos à revista técnica", disse também o secretário-adjunto de Segurança Penitenciária, João Francisco Rodrigues.

Para melhorar a segurança interna prisional, a Seap tem adotado uma série de procedimentos no intuito de reduzir, ainda mais, os índices de mortes e fugas, sendo que este último, apesar de ainda não ter alcançado a meta de -100%, se mantém em percentuais bem próximos disso, em torno de -75%. Dentre os procedimentos está a separação de presos por rivalidade, providência que atende de maneira integral o que determina a Lei de Execuções Penais (LEP).

"O Art. 84 da LEP estabelece que 'o preso que tiver sua integridade física, moral ou psicológica ameaçada pela convivência com os demais presos ficará segregado em local próprio'. Ao assumirmos o desafio de mudar o sistema prisional maranhense, confiado a nós pelo governador Flávio Dino, seguimos também o que reza a legislação; e dessa forma é que vamos avançar cada vez mais rumo a uma gestão prisional modelo", completou o titular da Seap.

Caso Bradesco: Vereadores devem ser chamados para depor

09/05/2016 16:40:16

O atual presidente da Câmara de Vereadores de São Luís, vereador Astro de Ogum (PR) deverá entre os dias 17 e 19 de abril ser chamado a depor na 7ª Vara Criminal da capital sobre o Caso Bradesco, ocorrido em 2013 e que revelou um esquema de corrupção, agiotagem e empréstimos fraudulentos que envolvia vereadores, servidores do Legislativo da capital e funcionários do Bradesco, inclusive de gerentes do banco.

Além de Ogum, o ex-presidente da Câmara, vereador Isaías Pereirinha (PSL), também deverá ser chamado na mesma data para prestar esclarecimentos sobre o caso à polícia. As informações são do blog do Roberto Lobato.

Ambos os parlamentares negam quaisquer envolvimento com o esquema. No início das investigações, Raimunda Célia Moraes da Silva Abreu, na época gerente da agência do Bradesco, chegou a ser apontada como a mentora intelectual do esquema criminoso e foi demitida do bando, além de ser indiciada por estelionato e apropriação indébita.

Juizado de Timon reconhece onerosidade excessiva em cobrança de serviço de abastecimento de água

09/05/2016 00:00:00

O Juizado Especial Cível e Criminal de Timon ordenou, em decisão liminar, à empresa ÁGUAS DE TIMON SANEAMENTO LTDA que se abstenha de interromper o fornecimento do serviço de abastecimento de água a uma consumidora que questiona a mudança unilateral da cobrança das faturas.

A controvérsia diz respeito à modificação do método de cobrança anteriormente feita pela detentora da concessão do serviço - SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) - que no caso da consumidora cobrava por estimativa. Com a modificação da outorga da concessão do serviço de abastecimento de água da zona urbana de Timon do SAAE para a empresa ÁGUAS DE TIMON SANEAMENTO LTDA esta, unilateralmente, modificou o método de cobrança, ao invés de estimativa para medição real, sem contudo observar o impacto que a mudança teria no orçamento doméstico da consumidora autora da ação que, por exemplo, pagava até o mês de FEVEREIRO/2016 o valor de R\$ 29,62 pelo consumo da água e a partir de MARÇO/2016 passou a ser cobrada em R\$ 206,06.

A decisão, de natureza antecipatória de tutela provisória, afirmou que a mudança unilateral e abrupta da forma de cobrança, de estimativa para medição real, de um mês para o outro, viola o disposto no art. 6º, V do Código de Defesa do Consumidor, devendo a concessionária observar o princípio constitucional do devido processo legal (CF, art. 5º, LIV), executando o seu contrato de forma a preservar a necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito dada a eficácia horizontal dos direitos e garantias fundamentais.

A decisão foi proferida nos autos do Processo Judicial Eletrônico n.º 0800614-89.2016.8.10.0152 e tem efeito apenas para as partes do processo em referência. Contudo, considerando o interesse público e social da questão, a decisão ordena ainda que cópias do processo devem ser encaminhadas para o Ministério Público do Estado do Maranhão, a Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Município de Timon, o PROCON de Timon e a Agência Nacional de Águas (ANA) para que adotem as providências cabíveis ao caso.

Para consulta pública do processo, clique [aqui](#).

Para ler a decisão liminar, clique [aqui](#).

MARANHÃO: GOVERNO DO ESTADO REALIZA 1º MUTIRÃO DE NEGOCIAÇÃO FISCAL EM PARCERIA COM O TJ

09/05/2016 06:19:05

O Governo do Estado, em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), realiza o 1º Mutirão de Negociação Fiscal do Maranhão, entre 16 e 18 de maio, no hall dos cinemas do Shopping da Ilha. O evento pretende incentivar o contribuinte a regularizar débitos fiscais, assegurando desconto em multas e juros de ICMS e IPVA, conciliação jurídica, serviços do Detran e do Viva.

Organizado pelas Secretarias de Estado de Comunicação e Assuntos Políticos (Secap), de Fazenda (Sefaz), Detran, Procon e Procuradoria Geral do Estado (PGE), o 1º Mutirão tem a expectativa de receber aproximadamente três mil contribuintes inadimplentes. Segundo o secretário de Estado de Comunicação e Assuntos Políticos, Márcio Jerry.

Na negociação do débito fiscais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o contribuinte poderá chegar até 100% de desconto nos juros, se pagar em parcela única. Caso resolva parcelar em até 60 vezes, o desconto é de 80%, e entre 61 e 120 parcelas, o desconto será de 60%. Para negociar IPVA, o desconto chega a 100%, caso opte pelo pagamento em parcela única.

Quem tiver interesse em realizar a negociação, deve acessar o hot site do evento (www.ma.gov.br/mutiraofiscal), para, a partir da digitação do CPF, confirmar a presença no 1º Mutirão de Negociação Fiscal do Maranhão.

Permuta entre magistrados estaduais

POR FREDERICO VASCONCELOS

Sob o título “Permuta: uma consequência natural”, o artigo a seguir é de autoria de Gervásio Santos, presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Maranhão. (*)

Não há como negar. Em tempos de redes sociais, whatsapp, telegram e tantas outras ferramentas digitais, o mundo se transformou em uma aldeia global, como preconizava Marshall McLuhan na década de 60, ao desenvolver a teoria da abolição das distâncias e do tempo em decorrência da velocidade do processo de comunicação, nos conduzindo a superar as barreiras culturais, étnicas, geográficas e sociais.

Se tal conceito é verdadeiro em escala global, o que não dizer no âmbito do País. Se antes a interação se limitava aos que residiam em nosso espaço geográfico ou com quem tínhamos algum tipo de afinidade, hoje uma rápida olhada, por exemplo, “nos amigos do Facebook” ou “nos seguidores do twitter”, demonstra que o cidadão médio passou a interagir com pessoas de todos os recantos do mundo, colhendo informações em tempo real.

Sem dúvida, esse fenômeno trouxe reflexos nos mais diversos segmentos e a magistratura estadual não ficou de fora desse contexto. Não raro, os inscritos nos concursos públicos para ingresso na carreira são, em sua maioria, oriundos de outros estados, em razão da facilidade de informação a respeito desses certames. Passou a ser comum encontrar-se entre os aprovados pessoas com diferentes origens e sotaques.

Essa é uma realidade, diga-se de passagem, positiva, na medida em que contribuiu para arejar as mentes e os corações da então ensimesmada “Justiça dos Estados”, retirando-lhe um quê de provincianismo. Todavia, o efeito colateral desse fenômeno tem se traduzido pela constante exigência, sobretudo dos magistrados mais novos, de se dar efetividade, em caráter amplo, ao que assentou o Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADIN nº 3367-1, ou seja, de que a magistratura é nacional.

Naquela decisão, o relator da ação que contestava a constitucionalidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, Ministro Cezar Peluso, assinalou “que o Poder Judiciário tem caráter nacional, não existindo, senão por metáforas e metonímias, ‘Judiciários estaduais’ ao lado de um ‘Judiciário federal’”, para acrescentar que “negar a unicidade do Poder Judiciário importaria desconhecer o unitário tratamento orgânico que, em termos gerais, lhe dá a Constituição da República”.

Transcorridos onze anos dessa histórica decisão, o CNJ, a partir da sua instalação, tem posto em prática esse conceito de magistratura nacional, por vezes, sem mesmo observar as peculiaridades locais, o que causa, em determinadas questões, vide as audiências de custódia, embaraços para sua concretude.

Seguindo essa esteira, e ouvindo os reclames da magistratura estadual que, embora tenha as mesmas obrigações e restrições da trabalhista e federal, porém, sem o mesmo direito à mobilidade, foi que a Associação dos Magistrados Brasileiros formulou, ao CNJ, um Pedido de Providências, no sentido de que seja autorizada a permuta entre juízes vinculados a diferentes Tribunais de Justiça.

Sim, há essa demanda e não é apenas dos juizes que prestaram concurso fora de seus estados de origem, afinal, a vida não é estática. Mesmo aqueles que escolheram o seu próprio estado para ingressar na magistratura podem ter razões de natureza afetiva, familiar ou de outra índole para almejar uma maior mobilidade, sem que isso represente um recomeço de vida.

O inciso VIII-A do art. 93 da Constituição Federal, aliado à decisão do STF reconhecendo o caráter nacional da magistratura, dá suporte à pretensão da AMB, mormente porque a estrutura federativa, nos termos do assentado pela Corte Suprema, restringe-se aos Poderes Executivo e Legislativo, o que dá ao Judiciário um caráter singular.

As aparentes dificuldades para a regulamentação da permuta de magistrados vinculados a Tribunais de Justiça diversos são facilmente superáveis.

A compensação previdenciária, a fixação de requisitos específicos para concorrer a permuta interestadual, a adequação das carreiras dos estados a que se encontram vinculados os permutantes, a atenção ao interesse público, conferindo aos Tribunais de Justiça envolvidos no processo à última palavra, são aspectos, entre outros, que podem e devem ser regulamentados pelo CNJ, de modo a garantir efetividade ao conceito de magistratura nacional também no campo da mobilidade geográfica.

Talvez, para quem ainda está arraigado a conceitos pré-concebidos, a regulamentação da permuta entre magistrados de estados distintos possa parecer uma ousadia. Para esses é bom lembrar Fernando Pessoa: “tudo é ousado para quem nada se atreve”.

MA: Sindjus requer a OAB-MA e ao Dep. Wellington do Curso audiência pública sobre o turno único no TJMA

Hoje, 08:14:37

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA) nesta quinta-feira 05/05, requereu à Ordem dos Advogados do Brasil seccional Maranhão-OAB/MA e ao deputado estadual Welligton do Curso (PP) pedido de audiência pública em caráter de urgência para tratar da medida de redução da carga horária dos servidores do Judiciário que o Tribunal de Justiça pretende adotar.

O Sindjus-MA esteve representado no encontro pelos diretores de Assuntos Jurídicos, Rivelino Alves Pereira; de Cultura e Promoção Social, George de Jesus Santos e de Imprensa, Artur Filho.

O turno único de trabalho apesar de ainda não ter um projeto foi para anunciado. na última sessão administrativa do pleno do TJMA como alternativas para contenção de gastos e foi anunciado pelo presidente do TJ-MA, desembargador Cleones Cunha, que levará a matéria para ser apreciada pelo Pleno na próxima semana.

O deputado Welligton do Curso acatou o pedido do Sindicato e se comprometeu a participar da audiência. O pedido do Sindjus-MA também foi bem aceito pela OAB-Ma que ficou de agendar a audiência e até se comprometeu que se fosse necessário faria manifesto sobre o tema. " O Sindjus-MA quer que a decisão quanto ao turno único seja debatida e discutida de forma transparente com a sociedade e os servidores do Judiciário. Não aceitamos que a redução do horário de funcionamento do Judiciário se converta em reduções de salários. Estamos no aguardo da OAB-MA agendar a data e nos informar.", disse o presidente em exercício do Sindjus-MA, Márcio Luís.

Justiça do Maranhão aceita denúncia contra Roseana Sarney e mais 15

Investigação aponta desvio de quase R\$ 2 milhões de recursos da Saúde do Estado para aplicação em campanhas eleitorais no ano de 2010

06/05 19:41

A Justiça do Maranhão acatou denúncia contra a ex-governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB), em investigação que aponta desvio de quase R\$ 2 milhões de recursos da Saúde do Estado para aplicação em campanhas eleitorais no ano de 2010. Além da peemedebista, outras 15 pessoas foram denunciadas, entre elas o ex-secretário estadual de Saúde e cunhado de Roseana, Ricardo Murad (PMDB).

O responsável por acatar a denúncia foi o juiz Fernando Mendes Cruz, da 7ª Vara Criminal. Além da ex-governadora e o ex-secretário, empreiteiros e membros da comissão de licitação também viraram réus. De acordo com o juiz, os 16 são acusados de fraudar licitação, superfaturar contratos e desviar recursos para campanhas eleitorais.

Segundo o juiz Fernando Cruz, “restam presentes as condições legais, bem como indícios de autoria e materialidade para o exercício da ação penal. A denúncia preenche ainda o art. 41 do CPP (Código de Processo Penas), quais sejam: a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado.”

No documento expedido é apontado que “Roseana Sarney Murad, ex-governadora do Estado, aduz a denúncia, em síntese, que as transações de recursos para as empresas contratadas sem licitação, se destinaram para financiar sua campanha eleitoral e seu partido, no pleito de 2010, na quantia de R\$ 1.950.000,00, sendo a mesma responsável, nos termos do art. 21 da lei 9504/1997, pelos recursos recebidos na campanha eleitoral”.

Por meio de sua assessoria, a ex-governadora Roseana Sarney diz que esta é mais uma ação movida por quem sempre atuou com métodos de perseguição política.

“O fato da ação ter sido provocada por integrantes de partido, como o PC do B, e por políticos que sempre fizeram oposição a mim, me dá a certeza de que se trata de mais uma perseguição. Mas isso não me intimidará. Não tenho medo a irei me defender de mais uma injustiça”, declarou Roseana.

Roseana Sarney vira ré no Maranhão

Brasil 06.05.16 19:14

O Estadão informa que o juiz Fernando Mendes Cruz, da 7ª Vara Criminal do Maranhão, aceitou denúncia contra a ex-governadora Roseana Sarney por integrar esquema que desviou R\$ 2 milhões de recursos da saúde para financiar campanhas em 2010.

Outras 15 pessoas também foram arroladas, como o cunhado Ricardo Murad, que foi homem forte do governo de Roseana.

Judiciário promoverá Semana de Atenção Prioritária ao Meio Ambiente

7 maio, 2016

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, reuniu-se com magistrados, para discutir sobre a Semana Estadual de Atenção Prioritária ao Meio Ambiente, que ocorrerá entre os dias 6 e 10 de junho.

O evento - que tem como um dos organizadores o juiz Douglas Melo Martins - viabilizará o julgamento de cerca de dois mil processos relacionados ao Direito Ambiental e será precedido pelo Seminário de Direito Ambiental, nos dias 2 e 3 de junho.

Na reunião, realizada no Gabinete da Presidência, o desembargador Cleones Cunha garantiu o apoio do TJMA à iniciativa. O juiz Douglas Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, explicou que será feito um mutirão de julgamentos das ações que envolvem questões sobre resíduos sólidos, degradação ao meio ambiente, poluição de rios - entre outros temas pertinentes ao Direito Ambiental.

“Os processos serão submetidos à apreciação do Judiciário e receberão prioridade de tramitação, em nível estadual”, explicou o juiz.

O magistrado acrescentou que, além de reduzir o acervo processual, a medida tem como finalidade sensibilizar as pessoas sobre a importância da preservação ao meio ambiente, envolvendo a comunidade e instituições afins.

Estiveram presentes na reunião, as juízas Isabella Lago (diretor-geral do TJMA), Kariny Reis e Karla Jeane Matos.

"Pedrinhas deixou de ser a ante-sala do inferno", diz juiz sobre registro de um ano sem homicídio no Complexo Penitenciário

09/05/2016 00:00:00

Vale lembrar que a redução histórica de 100% no número de homicídios, no Complexo de Pedrinhas, superou todas as expectativas, graças ao empenho demonstrado pela gestão estadual em todas as áreas sociais que antes ou não existia ou era muito tímida nos presídios maranhense.

"Certamente há muito a ser feito no sistema penitenciário maranhense, mas, pelo menos, deixou de ser a ante-sala do inferno", disse o juiz Gervásio Santos.

Juiz Gervásio Santos

Para o juiz maranhense Gervásio Santos Júnior, o Complexo penitenciário de Pedrinhas deixou de ser a ante-sala do inferno. A declaração foi dada no twitter, ao tomar conhecimento de que o presídio está há um ano sem apresentar registro de homicídio.

"Mais um avanço no Maranhão: Pedrinhas registra um ano sem homicídio. Quem conheceu de perto a crise penitenciária no Maranhão, em 2013/2014, sabe o que representa a marca de um ano sem mortes em Pedrinhas. Certamente há muito a ser feito no sistema penitenciário maranhense, mas, pelo menos, deixou de ser a ante-sala do inferno", disse o magistrado.

Segundo a SEAP, há um ano Complexo Penitenciário de Pedrinhas deixou o rótulo de um dos presídios mais violentos do país e, essa semana, completou um ano sem ocorrências de homicídios. O feito inédito se estende ainda às unidades prisionais de toda a região metropolitana da capital, que também não contabilizaram nenhum assassinato nesse período. A conquista é fruto de intenso trabalho do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap).

Para ser mais preciso, a marca se dá devido aos inúmeros investimentos realizados com intuito de garantir melhorias na segurança interna prisional. Essas ações vão desde a contratação de agentes penitenciários temporários e auxiliares de segurança; à capacitação contínua desses servidores. Além disso, foi feita a aquisição de detectores de metais que reforçam a segurança intramuros, tais como: raquetes, banquetas, e o pórtico (porta).

"Foram providências que, além de mudar radicalmente a realidade prisional do estado, contribuíram para uma revista mais 'humanizada'. O investimento em segurança prisional foi

tão relevante que o próprio Departamento Penitenciário Nacional (Depen) demonstrou reconhecimento, e contribuiu com a aquisição de 39 banquetas, 91 raquetes, 15 pórticos e três esteiras de raios-X", destacou o titular da Seap, secretário Murilo Andrade de Oliveira.

Vale lembrar que a redução histórica de 100% no número de homicídios, no Complexo de Pedrinhas, superou todas as expectativas, graças ao empenho demonstrado pela gestão estadual em todas as áreas sociais que antes ou não existia ou era muito tímida nos presídios maranhense. Em 2013, por exemplo, foram registrados 51 assassinatos no complexo prisional da capital, quase o dobro do total anotado em 2014, quando 24 mortes violentas foram confirmadas.

Qualificação

Outro quesito que contribuiu bastante para a redução da violência, em Pedrinhas, foi a qualificação dos servidores. Pelo menos 300 já foram habilitados para as funções de agente penitenciário temporário e auxiliar de segurança penitenciária. Os cursos ainda capacitam os servidores para lidar com os internos. "Hoje, contamos com uma equipe que trata o preso de forma humanizada", afirmou o gestor de Segurança Penitenciária, Ricardo Delmar.

A meta do governo é manter o feito, tendo em vista a instalação da Portaria Unificada, que vai garantir a padronização dos procedimentos de segurança em todas as unidades prisionais, e, conseqüentemente, qualificar os índices já alcançados. "Essa portaria se refere ao controle de acesso às unidades prisionais, no qual todos os servidores, sem exceção, serão submetidos à revista técnica", disse também o secretário-adjunto de Segurança Penitenciária, João Francisco Rodrigues.

Para melhorar a segurança interna prisional, a Seap tem adotado uma série de procedimentos no intuito de reduzir, ainda mais, os índices de mortes e fugas, sendo que este último, apesar de ainda não ter alcançado a meta de -100%, se mantém em percentuais bem próximos disso, em torno de -75%. Dentre os procedimentos está a separação de presos por rivalidade, providência que atende de maneira integral o que determina a Lei de Execuções Penais (LEP).

"O Art. 84 da LEP estabelece que 'o preso que tiver sua integridade física, moral ou psicológica ameaçada pela convivência com os demais presos ficará segregado em local próprio'. Ao assumirmos o desafio de mudar o sistema prisional maranhense, confiado a nós pelo governador Flávio Dino, seguimos também o que reza a legislação; e dessa forma é que vamos avançar cada vez mais rumo a uma gestão prisional modelo", completou o titular da Seap.

Alimentação

Outra mudança posta em prática nessa gestão, por meio de Portaria nº 743/15, foi a melhoria da alimentação fornecida aos internos e, conseqüentemente a proibição da entrada de comida, trazida por visitantes. A medida resultou na diminuição de materiais ilícitos e/ou não permitidos, antes transportados às escondidas, dentro dos produtos que seriam entregues aos presos; e foi otimizada com o reforço nas revistas diárias nas celas, e individualmente nos internos.

Por Gilberto lima

SINDJUS-MA requer a OAB-MA e ao Dep. Wellington do Curso audiência pública sobre o turno único no TJ-MA

6/05/2016 | 15:29

O Sindicato dos Servidores da justiça do Estado do Maranhão (SINDJUS-MA) nesta quinta-feira 05/05, requereu à Ordem dos Advogados do Brasil seccional Maranhão-OAB/MA e ao deputado estadual Wellington do Curso (PP) pedido de audiência pública em caráter de urgência para tratar da medida de redução da carga horária dos servidores do Judiciário que o Tribunal de Justiça pretende adotar.

O SINDJUS-MA esteve representado no encontro pelos diretores de Assuntos Jurídicos, Rivelino Alves Pereira; de Cultura e Promoção Social, George de Jesus Santos e de Imprensa, Artur Filho.

O turno único de trabalho apesar de ainda não ter um projeto foi para anunciado. na última sessão administrativa do pleno do TJMA como alternativas para contenção de gastos e foi anunciado pelo presidente do TJ-MA, desembargador Cleones Cunha, que levará a matéria para ser apreciada pelo Pleno na próxima semana.

.O SINDJUS-MA não aceitará que a redução do turno de trabalho do TJ-MA acarrete perdas salariais aos servidores.

O deputado Welligton do Curso acatou o pedido do Sindicato e se comprometeu a participar da audiência. O pedido do SINDJUS-MA também foi bem aceito pela OAB-Ma que ficou de agendar a audiência e até se comprometeu que se fosse necessário faria manifesto sobre o tema. " O SINDJUS-MA quer que a decisão quanto ao turno único seja debatida e discutida de forma transparente com a sociedade e os servidores do Judiciário. Não aceitamos que a redução do horário de funcionamento do Judiciário se converta em reduções de salários. Estamos no aguardo da OAB-MA agendar a data e nos informar.", disse o presidente em exercício do SINDJUS-MA, Márcio Luís.

Veja aqui requerimento protocolado na OAB-MA.

Veja aqui requerimento protocolado com o deputado Welligton.

Centro de solução de conflitos foca em casos de família no Maranhão

No Maranhão, o 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), no Fórum Desembargador Sarney Costa, fará nos dias 27, 30 e 31 de maio audiências específicas de reconhecimento de paternidade, divórcio consensual, reconhecimento e dissolução de união estável, pensão alimentícia e partilha de bens. Pode participar quem já possui — ou não — processo tramitando em uma das Varas da Família de São Luís e agendou audiência para a data.

Pessoas que não conseguiram fazer o agendamento — para a pauta específica — podem comparecer, espontaneamente, em um dos três dias de audiências concentradas, desde que presentes as partes envolvidas, segundo a secretária do Cejusc, Bruna Diniz. Foram abertos 50 agendamentos por dia. As audiências podem ser agendadas por meio do Telejudiciário, no site do Tribunal de Justiça do Maranhão (www.tjma.jus.br), no link "Conciliar"; ou pessoalmente, no 1º Cejusc, das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira. As partes já saberão, no agendamento, o dia e a hora da audiência.

Ações envolvendo direito de família são uma das mais procuradas para audiências no Centro de Conciliação, somando mais de 300 agendamentos mensais, principalmente as de pensão alimentícia, de acordo com dados do Cejusc. Segundo a secretária da unidade, a maior facilidade para quem quer solucionar um conflito envolvendo essas demandas, por meio da conciliação, é a rapidez e a ausência dos desgastes tão presentes nas ações judiciais.

Bruna Diniz explica que o centro também é muito procurado para a realização de testes de DNA para reconhecimento de paternidade, com um aumento de mais de 100% no número de audiências agendadas em abril deste ano, se comparado com o mês anterior. Em março, foram 30 agendamentos e, no mês seguinte, 50. O exame é realizado, gratuitamente, no Laboratório Forense de Biologia Molecular, que funciona no Fórum de São Luís.

Reconhecer é amar - Todas as audiências realizadas no Cejusc findam com a assinatura de um termo de audiência que, ao possuir acordo, é encaminhado à Secretaria Judicial de Distribuição do fórum para, em seguida, ser enviado a uma das Varas de Família, para que seja homologado por um juiz e, assim, passe a ter valor de título executivo judicial, com o mesmo valor de uma decisão do próprio magistrado. As audiências de reconhecimento de paternidade da pauta específica dos dias 27, 30 e 31 de maio serão realizadas por meio do projeto "Reconhecer é Amar", que era executado pelas Varas da Família da capital e, agora, são feitas pelo Centro de Conciliação.

O projeto foi criado pela Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão em 2012, com base no programa Pai Presente, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e visa facilitar o reconhecimento de paternidade das crianças registradas apenas em nome da mãe ou que não possuem o nome do pai biológico na certidão de nascimento.

CNJ Serviço: Presa com filhos até 12 anos pode requerer prisão domiciliar

09/05/2016 - 09h44

A mulher presa gestante ou com filho de até 12 anos de idade incompletos tem direito a requerer a substituição da prisão preventiva pela domiciliar. É o que estabelece a Lei 13.257, editada em dia 8 de março de 2016, que alterou artigos do Código de Processo Penal. A mudança amplia o rol de direitos das mulheres presas no Brasil, que hoje representam 6,4% da população carcerária do país, número que vem crescendo em ritmo muito maior do que a população carcerária do sexo masculino.

De acordo com o levantamento nacional de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça (Infopen), em quinze anos (entre 2000 e 2014) a população carcerária feminina cresceu 567,4%, chegando a 37.380 detentas. Já a média de crescimento masculino foi de 220,20% no mesmo período.

As mudanças instituídas por meio da Lei 13.257 ampliam os direitos já previstos na legislação brasileira para as mulheres presas. Segundo a Cartilha da Mulher Presa, editada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2011, a mulher presa tinha direito a cumprir pena em estabelecimento distinto do destinado a homens e a segurança interna das penitenciárias femininas deve ser feita apenas por agentes do sexo feminino.

Na amamentação - Enquanto estiver amamentando, a mulher presa tem direito a permanecer com o filho na unidade, caso o juiz não conceda a prisão domiciliar. Por esse motivo, penitenciárias femininas devem contar com uma ala reservada para mulheres grávidas e para internas que estejam amamentando. Além disso, a criança tem direito a ser atendida por um pediatra enquanto estiver na unidade.

A cartilha esclarece que a mulher não perde a guarda dos filhos quando é presa, mas a guarda fica suspensa até o julgamento definitivo do processo, ou se ela for condenada a pena superior a dois anos de prisão. Enquanto a mulher estiver cumprindo pena, a guarda de filhos menores de idade fica com o marido, parentes ou amigos da família. Depois de cumprida a pena, a mãe volta a ter a guarda do filho, se não houver nenhuma decisão judicial em sentido contrário. A perda da guarda do filho e do poder familiar só pode ocorrer se a mulher cometer crime doloso contra o próprio filho ou estiver sujeita à pena de reclusão.

Além destes direitos específicos para as mulheres, também são assegurados às presas os mesmos direitos reservados ao homem preso, como os direitos e garantias fundamentais previstos no Artigo 5º da Constituição Federal. Fazem parte destes direitos e garantias: o tratamento digno, sem preconceito de raça, cor, sexo, idade, língua ou quaisquer outras formas de discriminação, o direito a não sofrer violência física ou moral e de não ser submetida à tortura ou a tratamento desumano e cruel.

As presas têm direito também à assistência material, devendo receber roupas, cobertas, material de higiene e limpeza e produtos de higiene pessoal suficientes para que sua integridade física ou moral não seja colocada em risco. A presa tem direito ainda à assistência à saúde respeitadas as peculiaridades de sua condição feminina, inclusive ginecologista e participação em programas de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis.

Caso não tenha recursos para pagar um advogado, é assegurada a assistência jurídica gratuita à presa. Seus dependentes, quando de baixa renda, também têm direito ao auxílio-reclusão, caso ela contribua para a Previdência Social, esteja cumprindo pena em regime fechado ou semiaberto e não receba aposentadoria, auxílio-doença ou remuneração do antigo emprego. Assim como o homem preso, a mulher presa também tem direito à educação formal e não formal e à visita de cônjuge, companheiro, parentes e amigos.

Regras de Bangkok - Desde março de 2016, as diretrizes para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras contidas no tratado internacional conhecido como Regras de Bangkok estão disponíveis para consulta em português. O documento da Organização das Nações Unidas (ONU) foi traduzido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o intuito de sensibilizar os poderes públicos responsáveis pelo sistema carcerário e pelas políticas de execução penal para as questões de gênero nos presídios, estimulando mudanças e melhorias no atendimento prestado a esta parcela da população carcerária brasileira.

As Regras de Bangkok foram aprovadas em 2010, durante a 65ª Assembleia Geral da ONU, e complementam as Regras mínimas para o tratamento de reclusos e as Regras mínimas das Nações Unidas sobre medidas não privativas de liberdade, conhecidas como Regras de Tóquio, adotadas em 1990.

Agência CNJ de Notícias

Justiça do Maranhão aceita denúncia contra ex-governadora

Roseana Sarney se tornou ré em processo sobre possíveis irregularidades na execução do programa Saúde é Vida

Roseana SarneyRoseana Sarney Jeso Carneiro / Flickr / CC

O Programa Saúde é Vida, previa a construção de 64 hospitais no Estado durante sua gestão. Fraude em licitação, superfaturamento de contratos e desvio de recursos para campanhas são algumas das acusações. A denúncia feita pelo Ministério Público Estadual e aceita pela Justiça cita outras 15 pessoas. Entre elas o cunhado de Roseana, Ricardo Murad - ex-secretário de Saúde. Os demais envolvidos fizeram parte do primeiro escalão do governo, além de integrantes da Comissão de Licitação da secretária de Saúde e empreiteiros.

Nem todos os denunciados são responsabilizados pelos mesmos crimes. Os envolvidos podem responder - entre outros - pelos crimes de associação criminosa, falsidade ideológica e peculato. Segundo as investigações, os lombos nos cofres do estado podem superar os 200 milhões de reais. Os acusados têm agora 15 dias - a partir de quando forem citados no processo - para apresentarem defesa.

E mais: Comissão do Senado aprova relatório a favor do impeachment. O presidente do Senado, Renan Calheiros, do PMDB, vai fazer a leitura do relatório do impeachment aprovado na Comissão Especial, na sessão marcada para esta segunda-feira, às duas horas da tarde.

A sessão de votação do relatório será na quarta-feira, às dez horas da manhã. Cada senador terá a palavra por 15 minutos e os líderes, um minuto para encaminhamento de votação. Com isso, a estimativa é de que a sessão dure mais de 20 horas. O presidente da comissão especial, Raimundo Lira, do PMDB, não descartou retomar os debates na quinta-feira, dia 12.

Confira ainda, no Repórter Amazônia desta sexta-feira, 6: em Palmas, comerciantes estão otimistas com as vendas para o Dia das Mães; no Acre, feiras são opções de presentes e de diversão para mães e filhos.

O Repórter Amazônia é uma produção da Rede de Rádios Públicas da Amazônia e vai ao ar, de segunda a sexta-feira, às 18h30 pela Rádio Nacional da Amazônia

Justiça maranhense cria Divisão de Proteção à Criança e ao Adolescente

6 maio, 2016

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJMA) instituiu a Divisão de Proteção Integral (DPI) junto à 1ª Vara da Infância e da Juventude da comarca da Ilha de São Luís.

A divisão é composta e coordenada por comissários de Justiça, responsáveis pelos procedimentos relativos à proteção integral de crianças e adolescentes, no sentido de evitar qualquer forma de violência, abuso, exploração, discriminação e negligência.

Os comissários são responsáveis, dentre outras atividades: pela emissão de autorização de viagem e hospedagem nacional? fiscalização de transporte intermunicipal e interestadual de crianças e adolescentes? fiscalização de bares, restaurantes, boates e casas de show e inspeção de entidades de acolhimento. E, ainda, por acompanhar o processo administrativo de alvará judicial para participação e presença de crianças e adolescentes em apresentações folclóricas e artísticas nas cidades da área de abrangência da comarca.

O Provimento nº 9/2016, traz o detalhamento das atividades realizadas pela divisão, bem como do trabalho desempenhado pelos comissários de Justiça. Pareceres, requerimentos e decisões serão elaborados pelo Conselho Especial da Infância e da Juventude da CGJMA e pelo juiz da 1ª Vara da Infância e da Juventude da comarca da Ilha de São Luís.

Justiça do Maranhão aceita denúncia contra Roseana Sarney e mais 15

DIEGO EMIR, ESPECIAL PARA O ESTADO - O ESTADO DE S.PAULO

06 Maio 2016 | 18h 38 - Atualizado: 06 Maio 2016 | 18h 43

A ex-governadora e demais denunciados são investigados por desvio de quase R\$ 2 milhões de recursos da Saúde do Estado para aplicação em campanhas eleitorais no ano de 2010

SÃO LUÍS - A Justiça do Maranhão acatou denúncia contra a ex-governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB), em investigação que aponta desvio de quase R\$ 2 milhões de recursos da Saúde do Estado para aplicação em campanhas eleitorais no ano de 2010. Além da peemedebista, outras 15 pessoas foram denunciadas, entre elas o ex-secretário estadual de Saúde e cunhado de Roseana, Ricardo Murad (PMDB).

O responsável por acatar a denúncia foi o juiz Fernando Mendes Cruz, da 7ª Vara Criminal. Além da ex-governadora e o ex-secretário, empreiteiros e membros da comissão de licitação também viraram réus. De acordo com o juiz, os 16 são acusados de fraudar licitação, superfaturar contratos e desviar recursos para campanhas eleitorais.

A ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney (PMDB)

Segundo o juiz Fernando Cruz, "restam presentes as condições legais, bem como indícios de autoria e materialidade para o exercício da ação penal. A denúncia preenche ainda o art. 41 do CPP (Código de Processo Penas), quais sejam: a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado."

No documento expedido é apontado que "Roseana Sarney Murad, ex-governadora do Estado, aduz a denúncia, em síntese, que as transações de recursos para as empresas contratadas sem licitação, se destinaram para financiar sua campanha eleitoral e seu partido, no pleito de 2010, na quantia de R\$1.950.000,00, sendo a mesma responsável, nos termos do art. 21 da lei 9504/1997, pelos recursos recebidos na campanha eleitoral". Por meio de sua assessoria, a ex-governadora Roseana Sarney diz que esta é mais uma ação movida por quem sempre atuou com métodos de perseguição política.

"O fato da ação ter sido provocada por integrantes de partido, como o PC do B, e por políticos que sempre fizeram oposição a mim, me dá a certeza de que se trata de mais uma perseguição. Mas isso não me intimidará. Não tenho medo e irei me defender de mais uma injustiça", declarou Roseana.

Problema na energia elétrica suspende expediente nos prédios da CGJ e TJMA

Problema na energia elétrica suspende expediente nos prédios da CGJ e TJMA

O prédio da Corregedoria, Tribunal de Justiça e parte da região próxima amanheceu sem fornecimento de energia elétrica. Segundo a Cemar, houve uma queima no equipamento que faz o contato entre a rede aérea e a subterrânea.

O problema teve início às 22h desse domingo e desde então há equipes trabalhando para resolução do problema.

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, em portaria conjunta assinada com o presidente do TJMA, Cleones Cunha, determinou a suspensão do expediente nos prédios sede da CGJ e TJ, nesta segunda-feira (09).